Instituição: *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*

País: *Brasil*

Projeto: *Projeto de* *Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PROFISCO II PI*

Setor: *Gestão Fiscal e Municipal (IFD/FMM)*

Empréstimo/Crédito/Fundo Fiduciário No: *4460/OC-BR*

Contrato/Seleção No: *BR-L1498*

OGoverno do Estado do Piauí *solicitou* um financiamento de um montante equivalente a US$ 44,935,000.00, do *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*, e se propõe a utilizar os fundos para o pagamento de bens, obras, serviços e serviços de consultoria a ser adquiridos pelo Projeto Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PROFISCO II PI.

O objetivo principal do projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal, visando manter o equilíbrio fiscal do Estado do Piauípor meio:

**- Do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da transparência fiscal** buscando melhorar o desempenho institucional da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), aumentando a maturidade de seus processos corporativos pela aquisição de bens, contratação de serviços, obras e serviços de consultoria necessários para implantação:

Da gestão Fazendária aprimorada e orientada para resultados, através de: (i) novos procedimentos automatizados para gerenciamento por resultados; (ii) metodologia para gerenciamento de risco em apoio ao planejamento; (iii) implementação do escritório de gerenciamento de projetos integrado ao sistema de investimento público e criação do escritório de gerenciamento de processos; e (iv) atualização do plano estratégico e plano de comunicação da SEFAZ.

Do fortalecimento da gestão de recursos humanos, através de: (i) novos procedimentos automatizados de gestão de competências em recursos humanos; (ii) programa de capacitação permanente; (iii) novo modelo de gestão do conhecimento; e (iv) implementação de instrumentos para apoiar o comportamento dos funcionários, incluindo manuais processuais e o código de ética.

Do fortalecimento da governança de Tecnologia da Informação (TI), através da: (i) atualização o modelo de gerenciamento de TI; (ii) reprogramação do Sistema de Administração Tributária (SIAT) para adaptá-lo a uma nova plataforma tecnológica; (iii) atualização do Plano Diretor de TI; e (iv) atualização da infraestrutura tecnológica de *hardware* e *software* da SEFAZ.

Da melhoria das ferramentas de comunicação com a sociedade, através do: (i) redesenho de procedimentos de comunicação; (ii) integração do sistema de atendimento por meio da gestão de informação dos vários canais de comunicação; e (iii) programa de educação fiscal expandido.

- **Da administração tributária e do contencioso fiscal** buscando aumentar a eficiência da arrecadação de impostos e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias pela aquisição de bens, contratação de serviços, obras e serviços de consultoria necessários para:

Aprimoramento do modelo de gestão dos instrumentos de apoio à política tributária, incluindo: (i) elaboração do código tributário único e implementação de uma ferramenta de suporte para a consulta; (ii) atualização dos procedimentos para a gestão de benefícios fiscais; e (iii) metodologia para estimar a evasão fiscal.

Fortalecimento da fiscalização e da inteligência fiscal, incluindo: (i) metodologia para selecionar os contribuintes a serem auditados; (ii) sistema automatizado de gerenciamento de auditoria; (iii) modernização da infraestrutura física e tecnológica da fiscalização de mercadorias em trânsito; e (iv) ferramentas para mineração de dados (*software* e banco de dados, etc.) tipo BIG DATA e análise de dados.

Aprimoramento da gestão do contencioso administrativo fiscal, inclui: (i) revisão e ajuste dos procedimentos de gerenciamento das primeiras e segundas instâncias do processo de cobrança; (ii) integração da ferramenta de processo eletrônico com o Tribunal de Justiça; e (iii) desenvolvimento do portal de consulta com mecanismos de busca de processos, jurisprudência, acordos e atas.

Melhoria da atenção integral ao contribuinte, incluindo: (i) revisão, ajuste e padronização dos procedimentos de atendimento; e (ii) implementação de um sistema de gerenciamento informatizado que contempla a expansão de serviços virtuais.

Implementação arrecadação e cobrança administrativa, por meio de: (i) nova metodologia de cobrança; (ii) sistema automatizado de gestão de crédito; (iii) atualização e automação de receitas não tributárias; e (iv) sistema automatizado de cobrança e coleta de impostos, usando a informação do sistema público de escrituração digital (SPED) e Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), integrando-a com o SIAT.

Fortalecimento do ambiente de negócios, incluindo: (i) novo sistema de gerenciamento de registro de contribuintes integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e integração do SIAT no sistema da Junta Comercial; (ii) complementação das funcionalidades SPED referentes aos parâmetros do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); (iii) integração do SIAT no Portal Único de Comércio Exterior para a centralização e automação dos pagamentos de impostos; e (iv) simplificação dos procedimentos e sistema de importações feitas por pessoas físicas.

- **Da administração financeira e do gasto público** contribuindo para a disciplina fiscal e aumentar a eficiência e eficácia das despesas públicas, pela aquisição de bens, contratação de serviços e serviços de consultoria necessários para:

Implantação de um Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) integrando as ações de planejamento, programação fiscal e formulação de orçamento, incluindo: (i) estratégia de implementação (desenho geral, sequência, instrumentos técnicos e mudanças organizacionais e regulamentares); (ii) MOMP que aborda a programação macrofiscal com projeções fiscais e tetos setoriais; (iii) programação orçamentária com um horizonte plurianual de médio prazo; e (iv) ajustes no SIAFE aos requisitos do MOMP e integração com outros sistemas (dívida, investimento, compras, contratos).

Aprimoramento da gestão do Tesouro Estadual, incluido: (i) revisão e ajuste dos procedimentos de tesouraria, integrando-os com procedimentos de contratos públicos; (ii) sistema automatizado de gerenciamento de contratos; (iii) metodologia de gestão de caixa com sistema automatizado desenvolvido no SIAFE; e (iv) integração de SGOLD com SIAFE.

Fortalecimento da gestão de compra e contratação, incluindo: (i) nova política de compras; (ii) revisão e ajuste dos procedimentos de adjudicação; (iii) novo catálogo unificado de produtos para compras estatais; (iv) registro unificado de provedores certificados; (v) padronização dos Termos de Referência (TdR), especificações técnicas, licitações e contratos; (vi) sistema de gestão automatizada de compras integrado com o (SIAFE); e (vii) metodologia e sistema para uso de preços de referência com base em informações de documentos fiscais eletrônicos.

Implantação do modelo de gestão de investimentos públicos incluindo: (i) novos procedimentos e instrumentos para a fase de programação e priorização de investimentos, com um sistema de indicadores para estimar lacunas e necessidades de investimento; (ii) ferramentas e metodologias para a preparação de projetos; e (iii) sistema de gestão física e financeira para apoiar projetos de investimento.

Fortalecimento do sistema de gestão contábil nos seus aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais incluindo: (i) revisão e ajuste de contabilidade para as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); (ii) sistema de gestão de bens móveis e imóveis integrando suas informações com a contabilidade patrimonial; (iii) automação de reconciliação bancária; e (iv) integração do SIAFE com outros sistemas corporativos do estado.

Melhoria da gestão da dívida pública, incluindo: (i) atualização das regras e procedimentos do processo de contratação de passivos financeiros e nova estrutura interna da dívida; (ii) desenvolvimento de estratégia de médio prazo para gestão da dívida; (iii) sistema automatizado de gestão da dívida integrado com o SIAFE; e (iv) metodologia para gerenciamento de risco fiscal, com ferramentas para identificar, classificar, quantificar e mitigar os principais riscos fiscais.

Os processos das aquisições de contratos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento serão efetuados conforme os procedimentos estabelecidos nas [*Políticas para a Aquisição de Bens e Contratação de Obras Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento*](http://www.iadb.org/document.cfm?id=780806)(edição de abril de 2011), e está aberta a todos os licitantes de países elegíveis, conforme definido nestas normas. Para a seleção e contratação de serviços de consultoria serão seguidos os procedimentos estabelecidos nas [*Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento*](http://www.iadb.org/document.cfm?id=780811)(edição de março de 2011).

À medida que estejam disponíveis serão publicados avisos específicos de licitação para contratos a serem licitados de acordo com os procedimentos de Licitação Pública Internacional (LPI) estabelecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Para os contratos de consultoria cujo valor estimado seja superior ao equivalente de US $ 200 mil, uma solicitação de manifestação de interesse deverá ser publicada no [*UN Development Business*](http://www.devbusiness.com/) [[1]](#endnote-1) e no *site* do [Banco Interamericano do Desenvolvimento](http://www.iadb.org/pt/aquisicao-de-projetos,8148.html).

Os licitantes elegíveis interessados em serem incluídos na lista para receber solicitações para licitação de acordo com os procedimentos de LPI, assim como consultores interessados em receber uma cópia dos anúncios para apresentar manifestação de interesse para contratos de consultoria ou qualquer interessado em receber informações adicionais poderão contatar:

Endereço:

CEL – Comissão Especial de Licitação

At: Dalva Leal Sores Tourinho (presidente).

Avenida Pedro Freitas S/N, Centro Administrativo, Bloco C, térreo.

64018-200, Teresina – Piauí, Brasil.

Tel.: +55 (86) 3216-9600, ramal 2301.

*E-mail*: cel@sefaz.pi.gov.br

*Website*: www.sefaz.pi.gov.br

1. . O anúncio deverá ser enviado à: [dbusiness@un.org](mailto:dbusiness@un.org) [↑](#endnote-ref-1)